



O RIGOR NA NOÇÃO DE VERDADE DO PRAGMATISMO DE W. JAMES

Marcelo da Silva Alves Pires

Mestrando/CAPES em Ensino, Filosofia e História das Ciências na
Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santa - BA – Brasil.
marcelosialpi@ig.com.br

Resumo: O rigor na condução da prática filosófica e científica deve sempre ser considerado uma virtude epistêmica inquestionável. O pragmatismo, especialmente o “Jamesiano”, contudo, ganhou fama de trazer uma concepção de verdade que implicava na aversão a qualquer tipo de rigor, associando a justificação de crenças, mesmos as científicas, ao relativismo e subjetivismo de mais baixo nível, onde tudo é permitido, desde que traga a quem quer que proponha uma crença, algum tipo de satisfação, ou desde que possamos dar àquela crença algum tipo de utilidade. Este texto busca argumentar contra estas caracterizações simplistas do pragmatismo, baseando sua análise fundamentalmente em torno da *Sexta Conferência sobre o Pragmatismo*, parte do texto *Pragmatismo*, de William James, onde podemos identificar uma importante tentativa de James de contornar sua Concepção da Verdade no Pragmatismo. Da parte de sua obra em que o tema da verdade é tratado sistematicamente – *Pragmatism* (1906/07) e *The Meaning of Truth* (1909) – até mesmo a leitura desta única conferência pode nos mostrar que podemos identificar na proposta de James uma teoria da verdade e uma epistemologia rigorosa e comprometida com o controle objetivo e com o desenvolvimento responsável das ciências.

Palavras-chave: Epistemologia. Verdade. Pragmatismo.

THE ACCURACY OF THE CONCEPT OF TRUTH OF PRAGMATISM W. JAMES

Abstract: *Accuracy in the conduct of scientific and philosophical practice should always be considered an epistemic virtue taken for granted. Pragmatism, especially the “Jamesian” one, however, has gained a reputation for bringing a conception of truth which implied an aversion to any kind of accuracy, associating the justification of beliefs, even scientific ones, to a relativism and subjectivism of the lowest level, where everything is allowed, since it brings to anyone proposing a belief some kind of satisfaction, or so that we can give that belief some kind of utility. Reviews like these are presented from his contemporary opponents to the latest critics. This text aims to argue against specific aspects common to these criticisms. As an important part of the criticism to James relies on a critical tradition formed from simplistic and somewhat inaccurate initial readings of his work, as I try to show in this paper, my analysis is based, on purpose, almost entirely on a single text by James, his Sixth Conference on Pragmatism, where we can identify his first systematic attempt to circumvent his “conception of truth in pragmatism.” From the part of his work in which the issue of truth is systematically treated – Pragmatism (1906/07) and The Meaning of Truth (1909) – even the reading of this only conference can show us that we may identify in James’ proposal a theory of truth (or, rather, of justification, as some might object) and an accurate epistemology committed to the objective control and the responsible development of sciences.*

Key-words: Epistemology. Truth. Pragmatism.

1. O problema

Sabemos que uma das primeiras tarefas da epistemologia – como uma tentativa de resposta às alegações céticas de que nenhuma de nossas crenças, teorias, ou qualquer proposição de verdade, estaria mais objetivamente justificada como provavelmente mais verdadeira do que sua negação – é demonstrar se, e como, nossas crenças podem ser justificadas. Assim, ao se preocupar com a verdade e justificação das crenças, a epistemologia se depara com importantes questões, entre as quais destaco: o que é a verdade? O que significa para algo ser verdadeiro? Quais critérios deveriam distinguir o que é verdadeiro do que é falso? (KIRKHAM, 2003, p.14-15, 67-69). O pragmatismo, em sua auto-atribuída missão de oferecer critérios para dirimir embates metafísicos, oferece uma tentativa de responder a estas questões, apresentando um tipo particular e importantemente controverso de postura epistemológica e de critérios de assunção de verdade.

A apresentação do pragmatismo Jamesiano sofre severas críticas, especialmente as críticas apontadas por Abe, que concebem o pragmatismo como uma teoria pouco precisa e que carece de rigor científico, relativizando por demais o conceito de verdade (ABE, 1991, p. 165). Aliado a isto, descrições comuns retratam o pragmatismo como eminentemente subjetivista, relativista e antirrealista, além, como dito, de pouco ou nada criterioso no que se refere à assunção de verdade a respeito de crenças e teorias, a partir de um entendimento simples que tenta mostrar que James teria defendido que a verdade era determinada pela simples utilidade e satisfação pessoal que uma ideia tivesse para alguém, não havendo em James qualquer traço de objetividade, de rigor e de responsabilidade intelectual. Estas simplificações e confusões a respeito das teses centrais de James podem estar relacionadas às confusões descritas por Kirkham com as quais se depara a epistemologia e às quais James não escapa, como: não ser claro e consistente, tornando sua teoria da verdade de difícil entendimento; e o uso de diferentes definições, em diferentes momentos para os mesmos conceitos. Tomando como exemplo a questão da utilidade levantada por James, como critério de verdade (ou melhor, de justificação de uma crença), Kirkham encontra alguns sentidos possíveis para este termo, como: uma crença é útil quando nos ajuda a manejar objetos do mundo; uma crença útil permite uma comunicação bem-sucedida com nossos iguais; uma crença é útil quando explica ou ajuda a explicar outras ocorrências (KIRKHAM, 2003, p.15-16, 137-139). Outro exemplo é sua posição de James em relação ao seu projeto sobre a verdade. Por um lado, o pragmatismo diz não explicar o que a verdade é, mas somente como se chega a ela (projeto de justificação). Por outro lado, diz que faz as duas coisas, dizendo o que é a verdade (projeto metafísico) incidentalmente para nos dizer como chegamos até ela. Apesar de Kirkham colocar estas questões enquanto problemas da teoria de James, não vejo que isso se dê necessariamente. Primeiro, que é possível que James tenha tentado realmente dizer que uma crença verdadeira pode ser útil de diversas formas, ou seja, poderia haver várias maneiras de se observar a utilidade de uma crença. Segundo que não vejo possibilidade de se dizer como chegar à verdade sem dizer algo sobre ela, um projeto de justificação pressupõe, mesmo que não enquanto projeto principal, algum projeto ou, pelo menos, alguma noção metafísica. Afinal, como buscar chegar a algum lugar se não se tem ideia de que lugar seja esse?

2. A sexta conferência sobre o pragmatismo - argumentos

O pragmatismo de James, então, foi caracterizado como uma doutrina que relativizou exageradamente a ideia de verdade, e que suas ideias nos levam ao subjetivismo absoluto, ao relativismo, à desconsideração quanto ao mundo objetivo e à minimização do senso de critério e rigor na ciência, ao associar a verdade àquilo que seria puramente satisfatório e útil para algum indivíduo. Penso que, acatando as críticas de que James foi pouco criterioso e conciso na forma como apresentou suas ideias sobre o pragmatismo e sobre a verdade, uma leitura mais cuidadosa de seus textos mostra que não podemos enquadrar seu pragmatismo e sua concepção de verdade dentro de categorias e rótulos simples.

Uma primeira questão que considero importante discutir é quanto à forma com que James considera a realidade objetiva em sua relação com a verdade de nossas crenças. Esse é, sem dúvida, um dos pontos mais controversos e sujeitos a dificuldades de compreensão em sua concepção de verdade. James não aceita uma definição realista tradicional, que implica em dizer que a verdade de uma proposição é função exclusiva do objeto real ao qual a proposição deve corresponder e independente daquele que o conhece. Mas também é claro em dizer que não desconsidera a realidade objetiva. Já no início de sua sexta conferência sobre o pragmatismo ele estabelece sua primeira definição de verdade, mostrando concordar a princípio com os racionalistas, quanto ao compromisso com “a realidade”:

A verdade, como qualquer dicionário pode mostrar, é uma propriedade de certas ideias nossas. Significa o seu “acordo”, como a falsidade significa o seu desacordo, com a ‘realidade’. Tanto os pragmatistas quanto os intelectualistas aceitam essa definição como ponto pacífico. Só começam a discordar quando é levantada a questão relativa ao que se pode precisamente entender pelo termo ‘acordo’ e pelo termo ‘realidade’, quando a realidade é tomada como alguma coisa com a qual nossas ideias devem concordar. (JAMES, 1979, p. 71)

Nesse aspecto, o crucial ao entendimento da concepção de James é buscar compreender como ele entende e trabalha com os conceitos de “acordo” e de “realidade”, e quais as pistas que James propõe para avaliar estes mesmos termos, o que fica claro nos trechos a seguir, demonstrando como a exigência de acordo enquanto algum tipo de cópia ou correspondência de tipo literal é problemático, em muitos casos:

A noção popular é a de que uma ideia verdadeira deve copiar a realidade. Como outras concepções populares, segue esta a analogia com as experiências mais usuais. Nossas ideias de coisas sensíveis copiam-nas, na verdade. Fechem-se os olhos e pense-se no relógio de parede, pendurado logo ali, e tem-se um quadro verdadeiro ou cópia de seu mostrador [...] e quando se fala de ‘função de marcação de tempo’ do relógio, ou da elasticidade de suas molas, é difícil ver exatamente o que suas ideias podem copiar.

Percebe-se que há nisso um problema. Onde nossas ideias não podem copiar definitivamente seu objeto, que significa a concordância com aquele objeto? (JAMES, 1979, p. 72)

James atribui aos intelectualistas “a grande suposição de que a verdade significa essencialmente uma relação estática inerte” (JAMES, 1979, p. 72). Ele diz

que estes pensadores acreditam que quando chegamos a uma ideia verdadeira sobre algo chegamos ao fim de nosso caminho, posto que estaríamos de posse da verdade. James opõe sua noção pragmatista a este tipo de noção racionalista, o que parece um bom ponto de partida para delinear sua noção de acordo. Ele diz que o pragmatista deve fazer a pergunta habitual: “*Supondo-se que uma ideia ou crença seja verdadeira [...] que diferença concreta, em sendo verdadeira, fará na vida real de alguém? [...] Que diferenças serão diferentes daquelas que prevaleceriam se a crença fosse falsa?*” (JAMES, 1979, p. 72).

Veja que o pilar do pragmatismo, a busca do potencial prático da crença, da diferença concreta e relevante, já é posto como central para o entendimento a respeito da noção de verdade. E logo em seguida James já mostra uma reestruturação do significado de verdade seguindo sua preocupação com o valor prático das ideias. Vemos que aqui James desenha um entendimento da ideia de “acordo” como algo relativo à assimilação, corroboração e verificação entre a ideia e a realidade:

[...] As ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. As ideias falsas são aquelas com as quais não podemos agir assim. Essa é a diferença prática que nos faz ter ideias verdadeiras; esse, portanto, é o significado da verdade [...] (JAMES, 1979, p. 72. Itálicos do autor).

E segue atacando a ideia de verdade enquanto uma propriedade estática, defendendo um entendimento dinâmico e processual do termo, e mantendo a necessidade de verificação, não descansando na ideia de satisfação, como foi tantas vezes acusado. A noção clara de que “*a verdade de uma ideia não é uma propriedade estagnada nessa ideia*” é primordial para James. Para ele uma ideia claramente “*torna-se verdadeira, é feita verdadeira pelos acontecimentos*” (JAMES, 1979, p. 72). Se não entendemos que a verdade no pragmatismo jamesiano é um evento, um processo, e, como James insiste, um processo de *verificação*, não conseguiremos compreender a importância de suas contribuições ao estudo sobre a verdade e ao projeto de justificação do conhecimento.

O entendimento da verdade como um instrumento de ação valioso, sua conexão com razões de ordem prática, levam James a desenvolver sua conexão entre verdade e utilidade e satisfação de nossas necessidades. Para James é notória a importância para a vida humana do fato de termos crenças verdadeiras (JAMES, 1979, p. 73).

Essa relação entre verdade e utilidade se submete a muitas críticas, e algumas delas dão conta de que James justifica o verdadeiro pela simples utilidade, e defendem que uma ideia é útil por ser verdadeira e não o contrário, de forma que dizer que é útil é trivial, e sem função para a determinação do valor de verdade das crenças. Essa é, por exemplo, uma crítica que Blackburn (BLACKBURN, 2006, p. 108-109, 244-246) faz à tese do pragmatismo. James trata desse ponto buscando demonstrar que essa oposição é sem sentido, que dizer que uma ideia é útil por ser verdadeira ou que é verdadeira por que é útil significa a mesma coisa (JAMES, 1979, p. 73).

A ideia de utilidade para James não está acima da questão da concordância com a realidade, mas deve ser entendida mais como uma pista dessa concordância e menos como um substituto para este critério. O critério de concordância é entendido como um critério coercitivo, entendimento que entraria em contradição

com uma noção de que apenas a utilidade deveria ser considerada. Para James, *“nossas ideias devem concordar com as realidades, sejam concretas ou abstratas, sejam fatos ou princípios, sob pena de interminável desarmonia e frustração”* (JAMES, 1979, p. 75). A grande questão é que James não parece entender a concepção de concordância dentro de um quadro descritivo literal, como se fosse possível à nossas ideias descreverem literal e imagetivamente, uma realidade estática e independente do homem.

Ao mesmo tempo em que James questiona a noção tradicional e realista de concordância, ele também traz considerações coerentistas em sua visão, quando diz que novas ideias devem levar em conta as verdades já possuídas. Para ele, *“as realidades significam fatos concretos ou espécies abstratas de coisas e relações percebidas”*, mas também *“significam [...] o corpo inteiro de outras verdades já possuídas por nós”*. E James é claro em defender que nossas ideias devem levar essas realidades em conta (JAMES, 1979, p.76).

A exigência de concordância com a realidade é proposta por James em vários níveis. Primeiramente, ele diz: *“concordar significa copiar”* (JAMES, 1979, p. 76, itálicos nossos). Esse é o caso das coisas sensíveis, observáveis. Quando digo que o gato está sobre o tapete, deve haver um gato, um tapete, e um gato sobre o tapete. James não iria contra essa ideia realista comum. Mas James percebe que muitas de nossas ideias não se referem a coisas sensíveis e observáveis, tornando a exigência acima mais complicada de se seguir. Daí ele propõe que *“concordar em um mais amplo sentido com a realidade só pode significar ser guiado diretamente a ela ou aos seus arredores, ou ser colocado em tal relação de trabalho de modo a poder operá-la ou a alguma coisa que lhe esteja ligada [...] Melhor intelectualmente ou praticamente!”* (JAMES, 1979, p. 76, Itálicos do autor). O critério pragmático aqui funciona como uma pista para a concordância, mesmo que assumida metodológica ou transitoriamente.

Essa forma de compreender a concordância com a realidade é importante, pois como James diz: *“A esmagadora maioria de nossas ideias verdadeiras não admite verificação direta ou face a face”* (JAMES, 1979, p. 77). Como saber se nossas ideias concordam com a realidade no sentido de copiá-la adequadamente, é um processo difícil, até inviável em boa parte de nossas experiências - a saber, aquelas experiências que não admitem verificação direta - a noção de ser guiado adequadamente por uma ideia que trabalha adequadamente, que nos ajuda a lidar, pratica ou intelectualmente com uma realidade considerada, funciona como pista de que nossas ideias concordam com aquela realidade em um sentido amplo.

Importante pontuarmos que a discussão de James a respeito do tema da verdade deve ser lida dentro de um projeto epistemológico, para uma filosofia do conhecimento, e não apenas dentro da discussão da lógica ou da semântica. Seus argumentos sobre ideias que guiam “adequadamente”, que trabalham “adequadamente”, que nos ajudam a lidar “adequadamente” com a realidade, levam James a discutir sobre a verdade de crenças complexas, de hipóteses, de teorias, enquanto método de trabalho na presença de conflitos no âmbito do conhecimento, do discurso e da manipulação da realidade. James não está trabalhando a favor de critérios lógicos ou semânticos de verdade, mas de critérios ligados à justificação de uma crença, dentro de um projeto epistemológico. O ponto principal em James deve ser entendido como uma preocupação com o caráter funcional de uma crença. James é claro ao dizer que sobre uma mesma coisa podemos ter diversas teorias

conflitantes e igualmente verificáveis, onde teremos que lançar mão do poder que elas possuem para trabalhar, para funcionar, enfim; e funcionar seria a pista de verdade de uma ideia ou teoria em particular. Veja que, em suas palavras, a ideia de funcionar não é algo fácil como pode parecer. O lugar da subjetividade também é tocado aqui, não como um critério único de verdade, mas algo que participa enquanto critério, às vezes enquanto critério desempate “provisório” quando teorias rivais são igualmente compatíveis com as demais verdades que conhecemos e com os mecanismos de verificação possíveis (JAMES, 1979, p. 78).

E podemos também tirar de seu argumento sua defesa do pluralismo e certo deflacionamento da ideia tradicional de verdade, além de algo central em seu pragmatismo, o caráter efêmero e processual da verdade, como algo que é feito no curso dos acontecimentos. Se podemos dizer que James é contra alguma concepção de verdade, dizemos que ele é contra qualquer concepção de verdade enquanto destino absoluto, enquanto correspondência absoluta com uma realidade absoluta. Se tomarmos esse sentido de verdade sua posição é claramente deflacionária. Essa verdade não importa para James, pois ele não aceita nem mesmo que haja uma realidade absoluta com a qual nossas crenças possam concordar. A própria realidade para ele está em construção, é também processual. E assim, estamos sempre submetidos à possibilidade de, posteriormente, chegarmos a uma verdade potencialmente melhor, assim como podemos abordar a realidade de diversas formas e assim produzir várias verdades sobre uma mesma realidade. Em outras palavras, James defende que todos os nossos relatos sobre verdade são necessariamente relatos de verdades no plural. James entende que a noção de ‘absolutamente’ verdadeiro, significando o que nenhuma experiência posterior jamais alterará, é um ponto difuso ideal para o qual imaginamos que todas as nossas verdades um dia irão convergir. E ele não chega nem a negar isto enquanto possibilidade, mas alega que enquanto não chegamos nesse ponto (e de fato não poderemos saber se chegarmos) temos que viver com a verdade que podemos ter hoje, lembrando sempre de estarmos abertos a reformular as mesmas e a tomá-las como falsas diante de novas proposições (JAMES, 1979, p. 78-80).

3. A título de conclusão

Três questões merecem ser realçadas aqui. O primeiro ponto diz respeito ao pluralismo defendido por James. Este tem sido o principal motivo pelo qual James tem sido tomado por relativista. O relativismo ganhou ao longo da história da filosofia contornos de uma defesa de que tudo pode, de que toda verdade é relativa e de que se não posso garantir minha crença como mais objetivamente justificada do que a sua (exigência cética) então minha crença é tão verdadeira quanto a sua e não há mais o que debater, chegou-se ao fim da questão. A defesa do pluralismo não deve ser entendida nesse sentido, mas no sentido de que sobre um mesmo objeto podemos tecer diversas descrições, não contraditórias, mas descrições sobre diferentes aspectos ou dimensões do mesmo objeto e que servirão a diferentes propósitos em diferentes contextos, cada uma devendo ser analisada a partir de seu contexto e de seus propósitos. Posso descrever um ser humano do ponto de vista da química, da histologia, da fisiologia, da neurologia, da mecânica, da psicologia etc.

Uma segunda questão diz respeito à relação de James com a noção de verdade absoluta. Tradicionalmente o termo verdade implica na aceitação implícita

do qualificativo absoluto. Verdade só é verdade se é absoluta. E por conta dessa exigência conceitual para a noção de verdade se justificou toda disputa na história da filosofia entre céticos, de um lado, e os que defendem a possibilidade de conhecimento certo e indubitável, de outro. O que James faz, e nisso ele se assemelha ao relativista, é reduzir o valor da verdade. Ele permanece com o termo, mas o livra da vinculação necessária com o qualificativo absoluto. Ele fala de verdades em termos de verdades parciais, ou provisórias, e de verdades absolutas. E se posiciona em relação a estes dois tipos de verdade afirmando que nunca podemos garantir que chegamos ao segundo tipo e que, por princípio, metodologicamente, devemos nos contentar com a primeira, trabalhar com ela o melhor que pudermos, posto que precisamos viver hoje, e não esperarmos atingir as verdades absolutas para começarmos a viver. Seu recado mais importante é uma postura de humildade epistemológica, assumindo o princípio de que nossas verdades são parciais e provisórias. E que estamos fadados a ver nossas verdades darem lugar a verdades mais completas que elas, à medida que prosseguimos no processo de verificação e de experimentação, usando nossas verdades provisórias. Todo o problema em torno disto é que James não desenvolve suas ideias de maneira linear, precisa e com rigor em sua argumentação. E como em filosofia a qualidade da argumentação é tudo o que temos, James, ao não se preocupar adequadamente com a qualidade de sua argumentação, baixou a guarda para todo tipo de ataque e crítica.

A terceira questão é absolutamente indispensável para entender o projeto de James. James está comprometido com o mundo humano, com o empreendimento humano e, por isso, a noção de realidade só deve ser entendida enquanto “realidade experimentável”. Não importaria para ele uma realidade que, mesmo que existisse, não tivesse alguma relação com a experiência humana. É importante entender isso para compreendermos com o que James estava comprometido quando elabora sua versão do pragmatismo e seu entendimento sobre a verdade e a justificação de nossas crenças (JAMES, 1979, p. 83).

* * *

Referências bibliográficas

- ABE, J. M. Verdade Pragmática. In: *Estudos Avançados*, v. 5, n. 12, p.161-171, agosto, 1991, São Paulo. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 set. 2010.
- BLACKBURN, S. *Verdade: Um Guia para os Perplexos*. Trad. Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- JAMES, W. (1906-07). *Pragmatismo e Outros textos*. Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rúben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)
- JAMES, W. *The Meaning of Truth*. New York: Longmans, Green, 1909.
- KIRKHAM, R. L. *Teorias da Verdade: Uma Introdução Crítica*. Tradução de: Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Ideias, V. 10)